



A Imprensa que Não se Censura: a Apropriação do Dizer Jornalístico como Ferramenta do “Jornal da Prisão”¹

Flora DAEMON²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Resumo

Este artigo pretende realizar uma breve análise da produção jornalística de internos do Complexo Penitenciário da Frei Caneca (presídio Hélio Gomes), do Complexo Penitenciário de Bangu (penitenciária Talavera Bruce) e do Presídio Evaristo de Moraes, no Rio de Janeiro. A idéia é observar a materialização da voz dos presos num ambiente no qual as relações de poder invariavelmente transformam e reconfiguram não somente esse dizer, como também os possíveis gestos de leitura. A partir desse olhar, pretende-se discutir em que medida a reprodução no universo intramuros do que se entende como fazer jornalístico pode significar algo além da apropriação de técnicas de redação.

Palavras-chave

Jornalismo e representações sociais; Jornalismo, teoria e pesquisa; Prisão; Censura; Poder.

1. Apresentação

“Não somos jornalistas, somos apenas contadoras de histórias. Histórias reais baseadas nos exemplos vivos que somos. A produção jornalística dentro das penitenciárias é uma conquista do preso. A palavra nos dá voz, no justo momento em que estamos impedidos de emitir qualquer opinião”.
Jornal Só Isso!

“Eu já vi comerciante, professor, padre e bandido ser torturado. Jornalista não pode. Quando é, todo mundo grita e acha absurdo! Jornalista não se censura ou tortura e aqui no presídio eu quero ser um”³. A frase que dá início a este artigo aponta para várias discussões e eternos fantasmas da prática jornalística. Neste momento, porém, pretende-se focar a atenção na interpretação de que ser jornalista significa deslocar-se hierarquicamente do seu público seja no universo extra ou intramuros. A partir da apresentação de alguns breves exemplos empíricos, pretende-se lançar algumas hipóteses acerca das experiências jornalísticas desenvolvidas no cárcere e avaliar os

¹ Trabalho apresentado na NP Jornalismo, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: floradaemon@yahoo.com.br.

³ Colocação feita por um dos internos do presídio Evaristo de Moraes sobre as reportagens que faziam referência ao seqüestro e tortura dos jornalistas na favela do Batam, em maio de 2008.



gestos de apropriação do dizer da grande imprensa e seus múltiplos efeitos no Sistema Penitenciário carioca.

Neste sentido, optou-se observar seções específicas dos periódicos desenvolvidos integralmente por apenados (O Jornal *Só Isso!*, das presas da penitenciária Talavera Bruce, e o *HG Jornal*, dos internos do presídio Hélio Gomes), bem como as primeiras reflexões sobre o fazer jornalístico dos internos do presídio Evaristo de Moraes, conhecido como Galpão da Quinta. Considerada uma unidade penal isolada por não fazer parte de um Complexo Penitenciário, seu prédio abriga atualmente mais de 1300 homens condenados, em sua maioria, por crimes hediondos que solicitaram o chamado *Seguro*⁴. Nas palavras dos internos, o Evaristo de Moraes é hoje “o patinho feio do Sistema Penitenciário”.

Ainda que poucos saibam, não é incomum o desejo de criar um jornal numa unidade penal por parte dos internos. Atualmente, no Rio de Janeiro, existem cerca de oito periódicos⁵ em circulação. Esses veículos de comunicação são geralmente desenvolvidos pelos *faxinas*,⁶ grupo de presos reconhecidamente capazes de realizar tarefas mais elaboradas do que os demais. Ao mesmo tempo em que é interessante para esses “internos trabalhadores” obter proximidade com o poder central da prisão, parece ser fundamental manter publicamente uma imagem confiável, pois, como se sabe, não basta ser honesto, é necessário parecer honesto.

No Evaristo de Moraes não é diferente. A equipe que iniciou o movimento de retomada do jornal que até 2007 era dirigido por um interno conhecido como Mestre e que deixou a unidade em liberdade condicional é formada atualmente por onze homens que querem circular: “O crachá de jornalista nos permite andar pelo presídio, caminhar pelas galerias, entrevistar as pessoas e saber das coisas que acontecem na cadeia. Sem ele a gente tem que passar o dia na cela com mais cinquenta cabeças”⁷.

Ainda assim, fazer parte deste seletivo quadro significa estar exposto à desconfiança de alguns agentes penitenciários que enxergam o “faxina jornalista” como mais um preso a vigiar, e à estranheza de determinados condenados que não compreendem o desempenho das suas atividades. Ao que parece, a decisão de dedicar-

⁴ Presos que se sentem ameaçados e correm risco de morte dentro do Sistema Penitenciário têm o direito de solicitar uma proteção maior do Estado. Geralmente internos que solicitaram o chamado *requerimento 001* são agrupados em um mesmo presídio não importando, assim, as facções rivais e os crimes cometidos. Em teoria, todos os “presos seguros” têm algo a mais a temer.

⁵ São eles: *HG Jornal*, do presídio Hélio Gomes; *Só Isso!*, da penitenciária Talavera Bruce; *Liberdade de Expressão*, da penitenciária Lemos Brito; *O Grito*, da penitenciária Milton Dias Moreira; *Informe Atitude*, da penitenciária Moniz Sodré; *Jornal Visão*, da penitenciária Laércio Pelegrino (Bangu I); *Letras da Liberdade*, da penitenciária Pedrolino Werling de Oliveira; e *Metamorfose*, do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo.

⁶ Apelido dado aos internos que trabalham nas unidades penais, independentemente das funções que desempenham. A cada três dias de trabalho, os faxinas têm sua pena remida em um dia.

⁷ Colocação de um dos internos do presídio Evaristo de Moraes.



se à elaboração de um jornal no presídio – desde a definição de pautas e ilustrações, confecção de textos até a diagramação – pode dar pistas sobre o reconhecimento da ferramenta enquanto um poderoso instrumento de fundação de poder, sobretudo quando se tem clareza de que a melhor solução para a interdição dos passos é o estímulo ao movimento da informação. Terreno fértil para articulação de idéias e para o jogo da alteridade, o universo intramuros se apresenta como um espaço com grande potencial para a produção de um veículo impresso capaz de transitar entre os boatos e as regras oficiais e paralelas⁸.

A escolha do jornal como instrumento parece apontar para um possível processo de mediação capaz de completar o circuito comunicacional composto por atores híbridos que ora ocupam o papel de receptores da grande mídia, ora se transfiguram em “presos jornalistas” que reinterpretam um fazer capturado, transcrevendo-o para seu universo. Neste sentido, caberia então pensar que, mais do que propor uma releitura a partir de suas possibilidades cognitivas e daquilo que entendem como fazer jornalístico, esses “fazedores de mídia no cárcere” reescrevem a palavra no papel atentando-se, também, à variante que podemos chamar aqui de *leitor potencial*. Faz-se necessário, neste momento, ressaltar que se pretende contemplar nesta “categoria” os internos consumidores do periódico, os agentes institucionais e da disciplina, os familiares dos “presos jornalistas” e dos internos leitores, os defensores públicos e os integrantes da Vara de Execuções Penais⁹, essas duas últimas distinções diretamente ligadas à estipulação das penas e dos agravos.

2. O papel da voz

É possível pensar que num local onde a circulação de pessoas não é livre, a alternativa imediata à tal limitação seria o estímulo ao movimento da informação. O dizer, então, passa a ocupar o lugar físico não alcançável pelos presos. Nesta perspectiva, os internos idealizadores dos periódicos nas unidades penais passam então a dialogar com o referido *leitor potencial* de um lugar diferente e a partir de uma consciência outra, diversa da de um preso que optasse por uma atividade que apenas lhe entretivesse durante o cumprimento da pena. Mais do que isso, pode-se então pensar em que medida essa compreensão é capaz de influenciar no resultado final da produção impressa, a partir do (re)conhecimento dos demais atores envolvidos no circuito

⁸ Pode-se citar, como exemplo, as normas que estipulam uma lista de palavras e expressões proibidas, tanto no uso oral e cotidiano, quanto na veiculação do jornal.

⁹ Referência específica aos magistrados e promotores da área criminal.



comunicacional, e do complexo jogo da alteridade que, por vias próprias, reacendem as tramas e teias das relações de poder.

A primeira questão será justamente a possibilidade de posições simultâneas dos atores sociais que desenvolvem os jornais a partir da idéia de assimilação e (re)significação de mensagens. Essa apropriação refletida na decodificação dos conteúdos parece respaldar a importância dos Estudos de Recepção, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de um olhar ainda mais apurado também sobre o duplo lugar que o sujeito desse processo comunicacional ocupa na unidade penal: o de receptor de mensagens (interpretadas) e emissor de um conteúdo (revisto e transformado) a partir do que se entende como fazer jornalístico.

Martin-Barbero desmistifica a imagem passiva do acolhedor de informações veiculadas pelos meios de comunicação e ressalta que o receptor deve ser encarado como algo mais do que um mero hospedeiro desses conteúdos ou espécie de “receptáculo vazio onde o emissor despeja seu conhecimento, ou ainda, como simples vítima dos meios de comunicação” (MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 151). Nesse sentido o autor pretende que os Estudos de Recepção revelem de vez “a face oculta do sujeito e dos atores sociais que participam do processo de comunicação” (Idem, p. 156), reposicionando dessa forma o lugar e a contribuição do receptor.

É o que WOLF (2002) chama de negociação entre práticas comunicativas diferenciadas, gestos que em unidades penais de regime fechado são acentuados pelas características inerentes ao ambiente. E a materialização desses embates se dá ao nível da apreensão simbólica por parte dos habitantes deste híbrido e particular contexto social. Fisicamente próximos da produção da informação difundida em grande escala, porém tecnicamente distantes desse poder, os indivíduos que compõem o universo carcerário

“contam com os recursos que lhes são disponíveis para dar sentido às mensagens da mídia e as incorporar em suas vidas. E as mensagens são freqüentemente transformadas no processo de apropriação, conforme os indivíduos as adaptam aos contextos práticos da vida cotidiana”. (THOMPSON, 1998, p.155)

O universo cognitivo das pessoas envolvidas no processo comunicacional nas unidades penais revela algo além das possíveis limitações de entendimento; parece expor a face oculta da grande mídia como emissor original também daquilo que ela pretende defender como fazer jornalístico. LINS E SILVA (1985) explica que essa apreensão é dirigida a partir de condições concretas de vida, uma vez que “a mensagem



que a indústria cultural transmite só adquire significação definitiva quando é consumida e reelaborada pelo público. (Idem, p. 50)

Neste sentido, é preciso considerar os embates em torno da conquista da autoridade. Obviamente, o cenário prisional já sentencia, por princípio, quem será o poder central. Ainda assim, é interessante observar justamente essa luta que, neste contexto, pretende estabelecer com a mesma ênfase quem são os agentes oficiais, e quais são os atores que disputam o lugar de porta-vozes dessas pessoas ou, em outras palavras, buscam o poder de consagração ou de revelação que, de acordo com BOURDIEU, somente começa a existir quando é designado como tal:

“O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário”. (BOURDIEU, 1999, p. 14)

E se a autoridade for “importante não apenas devido ao seu efeito sobre o público mas também por causa do seu efeito sobre os comunicadores” (ZELIZER, 1992, P. 142), o desejo de construir uma comunidade autorizada nesses moldes – gesto possível somente por meio da legitimação por parte dos demais internos – pode oferecer pistas sobre a constituição de três potências envolvidas na disputa pela autoridade: a força do Estado representada pela equipe dirigente e pelos carcereiros que fariam a manutenção do controle que lhes é “de direito”; “os presos jornalistas” que em busca da meta final de visibilidade de boa conduta e distinção dos demais internos procurariam ocupar o lugar simbólico de representação do efetivo carcerário; e a maioria, disputada pelas forças anteriores, que ora se aproxima do ideal de corpo dócil interessante ao Estado, ora se deixa representar por aqueles que conseguiram fazer parte da voz dos presos extravasar os muros, e que também é capaz de se rebelar contra esses controles reafirmando que mais forte do que as duas primeiras potências é o poder da massa anônima que dita regras, instiga rebeliões e, quando quer, também se cala.

A essa consciência, CERTEAU (1994) dá o nome de arte do fraco que, de forma calculada e mirando no outro pela simples ausência do próprio, age entre as brechas e opera a partir da estrutura tática: “Ela opera golpe por golpe, lance por lance. (...) Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É a astúcia”. (Idem, p. 100).



Tal idéia concorda com FOUCAULT (1997) no que diz respeito ao pensamento tradicional que distinguiria os senhores dos servís, ou os fortes dos fracos. Faz-se necessário lembrar que “não há uma oposição binária e global entre os dominadores e dominados” (Idem, p. 90), proposição que reforça a idéia de que a opção por desenvolver jornais em unidades penais é um gesto consciente vinculado a estratégias intencionais e não subjetivas, pois, como explica o filósofo, “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos” (Idem, Ibidem) e, neste caso, a referência é feita tanto aos que desenvolvem, quanto aos que consomem e aos que permitem a circulação destes periódicos.

E essas múltiplas correlações de poder que operam os aparelhos de produção criam uma “linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si; evidentemente, em troca, procedem a redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos em série, convergências desses afrontamentos locais” (Idem, Ibidem). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que as diferencia, as relações de poder equilibram as estratégias de dizer, ouvir e parecer num patamar possível à manutenção da correlação de forças e interesses.

Contudo, não se pode deixar de considerar que, homogeneizados, os internos que produzem e aqueles que consomem o fazer jornalístico estão inseridos no contexto prisional que pretende fazer crer que há um poder central que extingue as demais possibilidades de potência. E será Foucault quem novamente alertará que são justamente essas circunstâncias que alimentam os embates e correlações de forças, pois “onde há poder há resistência e, no entanto, esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. (Idem, Ibidem, p. 91)

Pode-se ilustrar tal idéia a partir da observação do jornal como resistência ao “poder central”, considerando que este, ao mesmo tempo, submete e induz correlações de força na medida em que também é a materialização de poder. A lista de palavras e expressões proibidas pode ser citada como um exemplo disso. Nas unidades penais todos sabem que não devem pronunciar ou escrever determinados vocábulos que são geralmente associados ao universo homossexual¹⁰, ainda que não se perceba uma

¹⁰A regra, porém, se apresenta bem estruturada: não há censura temática, mas da própria linguagem. Para cada palavra que não pode ser dita, outra é definida ou inventada como forma de substituição. Este é o caso das expressões “tomar banho”, “esperar” e “cama”. De acordo com o princípio da restrição, elas devem ser substituídas por “pagar banho”, “aguardar” e “comarca”, respectivamente. Isto porque no entendimento dos internos autores da lei, “preso não toma banho, paga” porque o verbo *tomar* faz referência ao vocabulário homossexual; não espera como fazem as gestantes e não se deitam em camas, e sim nas suas comarcas. Do contrário a fala novamente traria uma conotação delicada demais quando o que se pretende é reafirmar em tom grave a sua masculinidade.



ligação imediata com o mesmo. Mesmo que a regra se apresente “órfã”¹¹, é seguida pela maioria dos internos e também por aqueles que desenvolvem o jornal, pois, ao mesmo tempo em que pretendem ser fiéis e gerar identificação com o leitor, não conseguem se desligar do fato de também serem presos da justiça e do poder:

“a lógica é perfeitamente clara, as miras decifráveis e, contudo, acontece não haver mais ninguém para tê-las concebido e poucos para formulá-las: caráter implícito das grandes estratégias anônimas, quase mudas, que coordenam táticas loquazes, cujos “inventores” ou responsáveis quase nunca são hipócritas”. (FOUCAULT, 1997, p. 91)

Simultaneamente, essas metas entram num duplo e silencioso jogo praticado pelos atores envolvidos no processo de emissão e recepção dos conteúdos veiculados nos jornais: entre os “presos jornalistas” há, aparentemente, a estratégia de deslocamento hierárquico e de visibilidade a partir da aproximação de valores opostos àqueles que os levaram a cumprir suas penas, como *verdade* e *trabalho*. Por parte dos internos que “consomem” o produto, há o interesse de fazer-se representar por uma “voz oficial” dos presos, mais humana do que tenta fazer crer a grande mídia.

GOFFMAN (1987) lembra que esta consciência que motiva a participação dos internos leitores e “internos jornalistas” no desenvolvimento e consumo do periódico como um produto/ projeto vinculado à percepção do universo extramuros “perturba a seqüência de papéis, pois a separação entre o internado e o mundo mais amplo dura o tempo todo e pode continuar por vários anos. Por isso ocorre o despojamento do papel” (Idem, p. 24). Ao mesmo tempo, o envolvimento com a criação de periódicos em unidades penais pode querer significar, aos olhos mais atentos, uma armadilha capciosa. Ainda que próximos de um projeto de visibilidade, sobretudo da humanização de seres inaptos ao convívio, “nas instituições totais, as esferas da vida são integradas de forma que a conduta do internado numa área de atividade é lançada contra ele, pela equipe dirigente, como verificação de sua conduta em outro contexto” (Idem, Ibidem, p. 41). Em outras palavras, querer visibilidade, alcançando ou não este propósito, significa estar ainda mais exposto ao “poder central” da prisão que, por princípio, pretende justificar sua existência por meio da (re)afirmação da necessidade da punição e, por isso, do encarceramento dos castigáveis não tão puros assim.

E serão estes mesmos olhos atentos que poderão verificar que a postura mais segura diante de tais armadilhas será a de adaptar-se a partir do princípio da conversão, como observou GOFFMAN (1987). Dentre quatro possibilidades de auto-enquadramento estabelecidas pelo sociólogo, uma delas parece ser a mais adequada

¹¹ Não é explícita a autoria das regras.



diante de um projeto audacioso como o de elaboração de um jornal em uma unidade penal:

“o internado parece aceitar a interpretação oficial e tenta representar o papel de internado perfeito. Se o internado ‘colonizado’ constitui, na medida do possível, uma comunidade livre para si mesmo, ao usar os limitados recursos disponíveis, o convertido aceita uma tática mais disciplinada, moralista e monocromática, apresentando-se como alguém cujo entusiasmo pela instituição está sempre à disposição da equipe dirigente”. (Idem, *Ibidem*, p. 61)

Mesmo não podendo desvincular-se totalmente da sua condição de preso em circunstâncias como estas, cabe ao “interno jornalista” o ofício de produzir um veículo que, assim como os outros do universo extramuros, e assim como ele os percebe, deve possuir uma linha editorial que estabeleça alguns critérios de valoração e identidade. E serão essas definições que darão pistas de como estes presos enxergam o fazer jornalístico e reproduzem (ou repensam) a prática na cadeia.

Com o intuito de observar o processo de produção da notícia, é necessário apurar o olhar sobre o que chamamos aqui de “praticante de imprensa do cárcere” ou pelo menos, como neste caso específico, sobre o lugar social para o qual os internos se deslocam quando “estão” jornalistas, figuras que, de acordo com HOHLFELDT (2001), são intermediárias entre o acontecimento e a sua narratividade ou, em outras palavras, a notícia.

Também nas unidades penais, é possível verificar alguns elementos da prática do *gatekeeping* através da observação do fluxo informativo. A aproximação entre a prática jornalística extra e intramuros pode ser percebida a partir de algumas perspectivas e influências como a “autoridade institucional e suas eventuais sanções, sentimentos de fidelidade e estima para com os superiores, aspirações à modalidade social da parte do profissional”, (Idem, *Ibidem*, p. 205) entre outras.

Quando se pensa em “jornalismo carcerário”, porém, deve-se considerar que também os valores-notícia estão atrelados a um contexto de produção distinto daquele que se imagina como um ambiente de redação. Ainda que o gesto automático dos “presos jornalistas” seja a busca pelos acontecimentos “considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias” (WOLF, 2002, p. 195), o gesto instintivo desses homens e mulheres eventualmente substitui a prática do *gatekeeping* por um filtro consciente baseado na constatação da censura. Afinal, não se pode desvincular o projeto de sua justificativa, ou melhor, a imprensa carcerária da prisão.

Ao mesmo tempo em que escolher o jornal como instrumento de materialização de poder significa aproximar-se de características conferidas aos profissionais de imprensa, tais como a verdade, confiança e credibilidade, “estar” jornalista pode querer demonstrar também um gesto de aproximação da liberdade e, portanto, de distanciamento dos demais presos.

Desta forma, é preciso estabelecer a natureza deste texto/instrumento de poder produzido por um condenado. O emblemático caso do camponês francês Pierre Rivière se tornou alvo das pesquisas de FOUCAULT (2003) por ser um episódio rico em referências da psicopatologia jurídica, principalmente por dispor de um memorial escrito pelo réu a pedido da justiça. Elemento atípico nos processos penais, este texto teve como função estabelecer o veredicto entre a pena capital ou a prisão perpétua com o intuito de esclarecer se Rivière era realmente louco e, por isso, inimputável: “sujeito desse memorial num duplo sentido: ele é aquele que se lembra, que se lembra de tudo impiedosamente; e ele é aquele cuja memória chama o crime, horrível e glorioso” (Idem, *Ibidem*, p. 220). Este caso reitera a idéia de que inevitavelmente o dizer do condenado também o é; e nas unidades penais não será diferente.

É o que acontece com o *Jornal Só Isso!*, criado pelas internas da penitenciária Talavera Bruce, unidade penal do Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu. Trata-se de um veículo caracterizado por uma boa qualidade gráfica, impressão em duas cores em formato tablóide, com fotografias e ilustrações. Neste artigo, porém, será observada a Coluna da Tereza, uma seção que se destina “a fazer uma ponte entre os diversos presídios”.

A opção de apreciação desta coluna se deve também à forma como o jornal escolheu seu nome e ilustrou este espaço: não existe nenhuma interna participante do periódico com a referida alcunha. Tereza, para o público-alvo do *Só Isso!*, tem um significado bastante familiar: é o instrumento fabricado com tecidos e cordas que servem como ferramenta de comunicação quando transmitido entre celas e como objeto de fuga quando lançado sobre os muros da unidade penal. É possível notar que a fonte com a qual foi construída a logomarca foi desenvolvida para se parecer com uma corda. Soma-se a isso a descrição da coluna que mesmo não revelando o significado de seu nome, já anuncia que a intenção é de construir uma ponte: “Envie informações sobre o sistema, acontecimentos, reivindicações, elogios e críticas. Contamos com a sua colaboração para o enriquecimento desta coluna”.

E de fato este espaço serve como uma espécie de carta dos leitores (bastante diferente de outro destinado ao Correio Sentimental, um dos serviços mais requisitados



no jornal). Reclamações como a proibição da visita íntima em Bangu V, o informe de que o presídio Milton Dias Moreira voltará a ter um jornal e a solicitação de funcionamento da escola no presídio Hélio Gomes são alguns dos assuntos veiculados na coluna. Vale ressaltar que todas as cartas são assinadas por internos de outras unidades e, eventualmente, de prisões em outros estados e, em alguns casos, são seguidos de *notas da redação* que apuram as providências que estão sendo tomadas a determinado respeito:

“Nota da Redação: encaminhamos a sua solicitação à nossa direção que entrou em contato com a direção de seu Sistema, que juntas já estão tomando providências para que haja nesta Unidade (HG) a inclusão do ensino médio e aulas de informática. Suas solicitações serão assim vistas pelo seu Diretor, que tivemos o prazer de conhecer de perto seu trabalho, e que sempre investiu aqui no Talavera Bruce na educação e na cultura. Acreditamos que no cargo que ocupa no Hélio Gomes, dará prioridade para que vocês continuem mostrando seus valores”¹².

É possível notar que a função social do jornalista do universo extramuros é percebida e (re)significada no cárcere como aquele que tem a missão de fazer valer o direito, de ouvir a voz de seu público. Essa leitura do papel do jornal não impede que articulações outras, próprias de um periódico desenvolvido na prisão, sejam colocadas em prática como a utilização dos sentidos implícitos como uma metáfora cotidiana das práticas jornalísticas no cárcere.

Estratégias como estas são utilizadas rotineiramente no *HG Jornal*, veículo idealizado pelos internos do presídio Hélio Gomes, parte integrante do extinto Complexo Penitenciário da Frei Caneca, que possui uma impressão mais simples em formato A4, em preto e branco, uma quantidade maior de textos e a presença marcante da censura institucional. O contexto de criação do *HG Jornal*, por sua vez, deve ser descrito com atenção para que seja possível considerar a produção dos periódicos a partir do impacto da solicitação do “Seguro”¹³ na unidade penal que, desde 2003, se tornou basicamente composta por homens enquadrados nos artigos 213 (estupro) e 214 (atentado violento ao pudor), o que sugere uma tensão e necessidade de controle mais intensos.

O momento de liberar a circulação dos jornais pela gerência da prisão, passa a ser, neste cenário, um embate silencioso entre as equipes de redação e de disciplina, ocasião antecipada mentalmente durante o fechamento do jornal pelos redatores que

¹² Jornal Só Isso!, elaborado pelas internas do presídio Talavera Bruce, Ano 03; Número 09; Maio de 2006.

¹³ Elemento já explicado na 5ª nota deste artigo.



prevêem, por isso, a derradeira edição feita pelos agentes penitenciários. Ainda assim, parece não ser recomendável abordar determinadas pautas, gesto que leva a equipe de “presos jornalistas” a lançar mão de recursos como o *clipping* comentado¹⁴ de notícias da grande imprensa para incluir no debate mediado temas que normalmente não poderiam ser veiculados nos periódicos.

Este é o caso da coluna fixa *Deu no Jornal* que veicula notícias que normalmente não poderiam ser redigidas pelos internos responsáveis pelo jornal sem que sofressem censura da direção da unidade penal. Interditados, eles criaram uma forma de coibir a proibição de determinados temas, geralmente associados ao mau funcionamento das prisões brasileiras, abusos de poder e maus tratos aos presos reiterando a autoria dos textos/ denúncias: sempre um veículo (não censurável) da grande imprensa:

“De boas intenções...”

(Jornal do Brasil – 13 de setembro)

O governo federal demonstrou preocupação com o sistema carcerário ao elaborar o Orçamento deste ano. Colocou R\$ 100 milhões extras no Fundo Penitenciário. A soma chegou a R\$ 308 milhões, para investimento na construção e reforma de cadeias. Pena que, até ontem, só R\$ 26 milhões foram efetivamente gastos. O restante espera liberação da equipe econômica”.¹⁵

“Tortura nunca mais, e nem corporativismo”

(RJTV – 23 de setembro de 2002)

Assim foi a abertura da reportagem que noticiou a conclusão da investigação sobre a tortura e morte do cozinheiro Antônio Gonçalves de Abreu, na carceragem da Polícia Federal do Rio de Janeiro, no dia 07 de setembro (...).¹⁶

“Atenção aos presidiários”

(Jornal da TVE – 02/04/2002)

Em 2 de abril firmou-se um convênio entre o Ministério da Justiça e o da Saúde, no qual criou-se um Plano Nacional de Saúde Penitenciária, para o atendimento médico aos presos brasileiros, num combate à disseminação crescente de diversas doenças que acometem os apenados, tais como Sífilis, Aids e Tuberculose (...)

Nota da Redação: outros convênios poderiam ser firmados com a finalidade de prover as unidades penais de atividades educacionais e laborativas a todos os apenados, mas de tal forma que essas atividades não ficassem à mercê das mudanças administrativas nem governamentais. Só assim teríamos um trabalho realmente sério e direcionado para a ressocialização de presos”¹⁷.

¹⁴ Os comentários podem ser introduzidos como uma nota da redação após o texto ou como um título geralmente irônico criado pelos internos.

¹⁵ HG Jornal; Edição 27; Setembro/ Outubro de 2002; p. 09.

¹⁶ HG Jornal; Edição 28; novembro/ dezembro de 2002; p.09.

¹⁷ HG Jornal; Edição 25; Março, Abril, Maio de 2002; p. 07.



Ainda assim, esse artigo (e a dissertação que está sendo desenvolvida) cárcere não pretende esgotar as múltiplas leituras a respeito de tais experiências, tampouco reduzir, a partir dessa breve análise, todos os possíveis significados dessas produções na prisão. Mapear as interpretações do que é jornalismo em unidade penais, nesse sentido, parece possibilitar uma leitura mais ampla das estratégias e práticas discursivas no universo extra e intramuros.

E se as instituições totais puderem mesmo ser observadas como uma espécie de mar morto, ainda assim é possível vislumbrar neste oceano pequenas ilhas vivas e atraentes (GOFFMAN, 1987) que nortearão a tarefa de descobrir se esta proposta de comunicação nas unidades penais pode ser interpretada somente com uma apropriação do que se entende como fazer jornalístico, um pastiche de imprensa no cárcere, ou um caminho possível para essa prática, em processos de mediação, ainda que também imersos em relações de poder e paixão.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. “Os estudos culturais”. In: Antonio Hohlfeldt (org.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. São Paulo: Graal, 2003.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva: 1987.

HOHLFELDT, Antonio. “Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação”. In: Antonio Hohlfeldt (org.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LINS E SILVA, Carlos Eduardo. **Muito além do Jardim Botânico - um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores**. São Paulo: Summus, 1985.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. “Comunicação e mediações culturais”. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. XXIII, n. 1, p. 151- 193, janeiro/junho 2000.



RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

ZELIZER, Barbie. **Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory**. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.